

Dia da Visibilidade Trans expõe as contradições entre direitos, trabalho e violência

No Dia Nacional da Visibilidade Trans, celebrado em 29 de janeiro, o Brasil volta a encarar uma de suas contradições mais profundas. Ao mesmo tempo em que o tema ganha maior espaço no debate público e na mídia, o país segue liderando, há quase duas décadas, os índices de assassinatos de pessoas trans no mundo. A constatação reforça que a visibilidade, embora essencial, ainda não se converteu em garantia plena de direitos básicos, como segurança, cidadania e acesso ao trabalho digno.

A data surgiu em 2004, a partir da campanha *“Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos”*, articulada pela Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (Antra) em parceria com o Ministério da Saúde. O objetivo era afirmar que visibilidade significa respeito concreto, vivido no cotidiano e não apenas reconhecimento simbólico.

Para o secretário de Políticas LGBTQIA+ da CUT, Walmir Siqueira, o 29 de janeiro deve ser marcado não apenas por celebrações, mas por denúncia e cobrança efetiva.

“O Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo. Isso é um dado que a gente não pode perder de vista quando fala de visibilidade”, afirma. Segundo ele, a violência extrema é apenas uma das faces de um sistema que impõe exclusões sucessivas à população trans.

Direitos reconhecidos, realidade ainda desigual

Nos últimos anos, o Brasil acumulou avanços importantes no campo jurídico. Pessoas trans e travestis podem realizar a retificação de nome e gênero diretamente em cartório, sem necessidade de cirurgia, laudos médicos ou autorização judicial. O uso do nome social é garantido em escolas, universidades, no sistema eleitoral e nos serviços pú-

blicos. O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece atendimento integral por meio do Processo Transexualizador, incluindo hormonização e cirurgias.

Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou a transfobia ao crime de racismo, assegurando proteção legal. Apesar desses marcos, a distância entre o direito formal e a vida cotidiana ainda é grande.

Mercado de trabalho: exclusão histórica e inserção precária

A exclusão no mundo do trabalho segue como uma das principais formas de violação de direitos. Walmir lembra que, historicamente, a população trans foi empurrada para a informalidade e para a prostituição como estratégia de sobrevivência.

Para além disso, **“não basta garantir o posto de trabalho. É preciso garantir a dignidade nesse emprego”**, diz Walmir. Ele explica que o mercado tem se aberto à questão, mas não se trata somente de garantir a vaga para a pessoa trans. É preciso que haja um ambiente seguro no emprego após a contratação.

Mesmo quando existem iniciativas de inclusão, elas costumam ser limitadas. “Há alguns lugares

que até contratam pessoas trans, mas geralmente são trabalhos precarizados, sem exigir qualificação. E muitas dessas pessoas são qualificadas, têm estudo, têm potencial, mas não conseguem usar isso nem para a própria vida, nem para a sociedade”, diz.

Essa avaliação é confirmada por dados do estudo *“A inserção e as características das pessoas trans no Assalariamento formal”*, do Ipea (2025). A pesquisa identificou 38,7 mil pessoas trans entre 14 e 64 anos, a partir do cruzamento de dados do CPF e da Rais. Apenas 25% estavam no emprego formal, índice 6,8 pontos percentuais abaixo da média da população geral.

As desigualdades são expressivas:

- a taxa de inserção é de 31,1% entre homens trans e de apenas 20,7% entre mulheres trans.
- no setor público, a presença é ainda mais reduzida: somente 5,5% ocupam vínculos estatutários, metade da proporção observada na população total.
- a maior parte das pessoas trans empregadas está concentrada em poucos setores, como comércio, serviços administrativos e alojamento e alimentação.

Matéria completa em cut.org.br

"MOLEQUES FOFÕES"
O BARRO EM ESTADO DE BRINCADEIRA
IZABEL MATOS
MESTRA CERAMISTA

04
FEV/26
18h30

GALERIA
ANTÔNIO ALMEIDA
PALACETE SANTOS BRAGA
RUA GRANDE, PRQ. CENTRO

UFMA PROEC DAC

OBRAS PARA AQUISIÇÃO COM VALORES ACESSÍVEIS



NOTA DA **CUT** BRASIL CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Manter taxa Selic em 15% é boicote ao povo brasileiro

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) mais uma vez repudia a decisão do Comitê de Política Monetária (COPOM) de manter a taxa básica de juros (Selic) em 15% no maior nível desde julho de 2006. Com essa decisão, o Banco Central segue com sua política monetária conservadora ignorando a inflação controlada no Brasil, impondo graves prejuízos aos trabalhadores e trabalhadoras e ao desenvolvimento nacional e boicotando o povo brasileiro.

A manutenção da Selic em 15% enquanto favorece o mercado financeiro e os rentistas ao permitir ampliar seu lucro com títulos da dívida pública sem gerar emprego, renda ou investimento produtivo, promove um boicote ao povo brasileiro com impacto direto no orçamento das famílias que enfrentam juros abusivos em empréstimos,

cartões de crédito e financiamentos. O resultado dessa política conservadora do BC é o aumento do endividamento, da inadimplência e da deterioração das condições de vida, mesmo com a queda do desemprego.

Além disso, a decisão do Banco Central penaliza o Governo Federal ao impor o deslocamento de bilhões de reais de áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura para o pagamento de juros da dívida pública.

O argumento do Banco Central da necessidade de manter juros elevados para conter inflação não se sustenta, uma vez que a inflação atual, além de está controlada, decorre de choques de custo - como preços internacionais - e não de excesso de demanda. O que essa decisão comprova é a profunda desconexão da política do COPOM às necessidades sociais do povo brasileiro,

aprofundando a desigualdade e sabotando os esforços do governo federal para impulsionar a economia.

A CUT segue defendendo que o Banco Central inicie imediatamente um processo de redução da Selic. Convocamos todas as entidades sindicais e o povo brasileiro a seguirem atuantes na Campanha Permanente #MenosJurosMaisEmpregos pela redução da taxa de juros e pelo fim da autonomia do Banco Central. É urgente romper com o rentismo e colocar o Brasil no caminho do crescimento sustentável, com mais empregos, renda e justiça social.

Se é importante para o povo brasileiro, é uma luta da CUT!

28 de janeiro de 2026
Direção Executiva Nacional da CUT

**A PEC 38 DESTRÓI O SERVIÇO PÚBLICO
CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA
PRESSIONE OS DEPUTADOS PARA QUE VOTEM NÃO!**

